

Deficiência Múltipla: o que se tem pesquisado sobre este tema?

Autora: Bárbara Braga Wepler. Orientador: Mário José Missagia Junior

(Professora no Instituto Benjamin Constant e mestranda no Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão na Universidade Federal Fluminense, e-mail: barbarabw123@gmail.com)

Introdução

Com o decorrer do tempo, a Educação Especial passou por mudanças e obteve avanços significativos no que se refere ao direito a educação de alunos com deficiências, síndromes e transtornos. Houveram acontecimentos importantes, como exemplo, a Declaração de Salamanca (1994), que é o documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Acessibilidade, promovida pela UNESCO e pelo governo da Espanha, e que contou com a presença de vários países.

Surgiram iniciativas e leis foram criadas para garantir os direitos da pessoa com deficiência, seja no acesso as instituições de ensino como em outros aspectos da vida do indivíduo. No dia 6 de julho de 2015, é instituída a lei nº 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), e busca romper ou minimizar as barreiras que impossibilitam a pessoa com deficiência de ter acesso a comunicação, informação, urbanística e arquitetônica, e dentre outros. No capítulo IV da LBI, denominado Do Direito à Educação, e assim pensando no espaço escolar, na formação dos profissionais, adaptações necessárias, suportes e atendimentos que precisam existir para dar acesso, mas também garantia de ensino de qualidade e permanência do aluno com deficiência nas instituições de ensino, ou seja, promover inclusão de fato!

Segundo dados do Censo Escolar do ano de 2014 (MEC) houve um aumento no número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares, e isso tem relação com as políticas públicas existentes e pela conscientização da população. Desta forma, a chegada cada vez maior de alunos com deficiência no espaço escolar faz com que as escolas revejam suas práticas e se modifiquem para contemplar a todos os alunos.

Dentre as deficiências que se apresentam na escola, temos a Deficiência Múltipla (DMU), que é caracterizada como a associação de duas ou mais deficiências primárias (IHA, 1999 apud PIRES, BLANCO & OLIVEIRA, 2007, p. 140), que conforme Nuernberg (2008) fala sobre os estudos de Vygotski (1896-1934), a deficiência primária é de ordem orgânica. Porém, em outros países podemos observar diferentes formas de conceituar a DMU, um aspecto importante demonstrado nos estudos de Rocha e Pletsch (2015, p. 116-117) quando mencionam que internacionalmente a DMU “[...] sendo a condição em que pessoas apresentam deficiência intelectual profunda e que frequentemente apresentam dificuldades adicionais nos movimentos, perdas sensoriais e problemas de comportamento”, demonstrando que há interpretações diferentes no que se refere a esta deficiência.

Os avanços na tecnologia e na medicina, podem ser os fatores de sobrevivência de crianças que nascem prematuramente ou que apresentam questões desde a sua formação embrionária até o seu nascimento. A deficiência múltipla se dá por causas associadas a gestação, ao nascimento do indivíduo e por fatores ambientais.

Como mencionado por Pletsch e Glat no que se refere a alunos com comprometimentos graves, como alguns casos da Deficiência Múltipla, “[...] além do atendimento educacional especializado disponibilizado na maioria das redes, demandam recursos alternativos para o desenvolvimento da linguagem, a organização postural e espacial, sem contar o auxílio nas atividades de vida diária”

(2013, p. 22).

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

A escola necessita de preparação e estratégias educacionais como o Plano Educacional Individualizado (PEI) do aluno, adaptações curriculares, métodos diferenciados de avaliação, profissionais de apoio e parcerias com outras áreas (fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, musicoterapia, psicomotricidade, etc.), Atendimento Educacional Especializado (AEE), investimento em formação continuada dos docentes e dentre outros.

O professor, agente fundamental para inclusão, precisa ser escutado diante dos desafios e dificuldades que se apresentam no seu dia a dia em sala de aula, e deveria ser incentivado a relatar e dialogar sobre sua prática com os alunos, enriquecendo e trazendo contribuições para os outros docentes que atuam com alunos com deficiência.

Rocha e Pletsch relatam sobre a pouca produção científica em relação ao processo de ensino-aprendizagem de alunos com Deficiência Múltipla, assim como as autoras mencionam que “a falta de pesquisas científicas nesta área, não é uma especificidade do Brasil” (2015, p. 115), ou seja, em outros países também há essa escassez de pesquisa relacionada a esta temática.

Diante deste dado e da necessidade de buscar informações referentes a Deficiência Múltipla, o presente trabalho tem como objetivo analisar na base de dados (SciELO) artigos e trabalhos acadêmicos (dissertações, por exemplo) que sejam direcionados a DMU e perceber do que se tratam os mesmos. Para responder a problemática sugerida por este trabalho, foi feita uma revisão de literatura, que pode ser caracterizada por Moura e Ferreira como “[...] uma busca sistemática, a fim de mapear o que se tem pesquisado na área” (2005, p. 36), posteriormente, a análise dos dados obtidos é de natureza quantitativa que visa apresentar os resultados em dados numéricos.

Acerca desse levantamento inicial de artigos na base de dados, pretende-se verificar o que se tem pesquisado sobre a Deficiência Múltipla no Brasil, visando contribuir para as pesquisas e possibilitar um diálogo que possa ampliar a visão sobre esta área.

Metodologia, Resultados e Discussão

O trabalho de natureza quantitativa teve como objetivo verificar na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) o que se tem produzido em relação a Deficiência Múltipla, e perceber em que direção estão voltadas estas pesquisas. Foram analisados os títulos e resumos dos trabalhos, sendo utilizado o descritor “deficiência múltipla” e ampliando a busca em nível nacional (Brasil), constando aproximadamente 12.300 resultados, nesse momento não relacionando a outros descritores. Como a proposta está em andamento, analisamos as dez primeiras páginas, tendo dez produções científicas em cada uma, totalizando cem trabalhos.

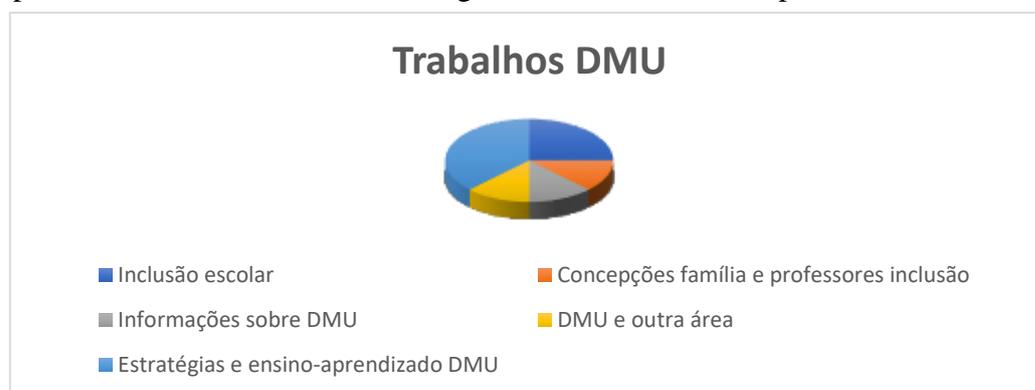
O critério de avaliação se deu primeiramente analisando os títulos dos trabalhos, e posteriormente os resumos. Em alguns trabalhos, consta no resumo os objetivos, os procedimentos metodológicos, resultados e conclusões, o que nos permitiu logo no início compreender a proposta desejada, ainda assim os textos foram divididos, e os classificados como trabalhos de DMU, analisamos para saber sobre o que se tratava a pesquisa. Em alguns trabalhos, as informações detalhadas não se encontram disponíveis no resumo e sendo assim buscamos identificar tais aspectos no decorrer do texto.

Dos cem trabalhos analisados, apresentaremos em gráfico os resultados obtidos: 8% dos trabalhos tratam especificamente da Deficiência Múltipla; 3% mencionam múltiplas deficiências, porém não podem ser caracterizadas como trabalhos de DMU por tratarem de várias deficiências e por não estarem associadas entre si; 3% falam sobre surdocegueira ou deficiência múltipla sensorial, demonstrando ainda confusão quanto a surdocegueira ser considerada uma deficiência única; 5% falam sobre temas variados, porém em seus dados contemplam a DMU; e 81% não falam da DMU trazendo outras propostas de trabalho, que podem ter

sido selecionadas por conter no texto uma das palavras utilizadas no descritor para a busca de produções científicas na área.



Dos 8% de trabalhos que contemplam especificamente a Deficiência Múltipla, podemos dividir nas categorias: inclusão escolar, concepções da família e professores sobre inclusão, informações sobre DMU, outras áreas falando sobre a DMU, e estratégias e ensino-aprendizado. Podemos observar no gráfico abaixo como se apresenta essa divisão:



O gráfico demonstra que a maior parte, ou seja, 3 trabalhos falam das estratégias e do processo de ensino-aprendizado com alunos com DMU na rede regular e especial de ensino, um destes envolvendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sobre inclusão escolar há 2 trabalhos, um deles traz aspectos referentes ao desenvolvimento da linguagem; 1 trabalho relaciona-se a outras áreas, como a área da saúde; 1 sobre a concepção da família e dos professores sobre a inclusão de alunos com DMU, e 1 trabalho traz questões quanto a legislação, conceito, causas e produção científica sobre o tema abordado.

Conclusões

O que podemos concluir embora seja um trabalho inicial e não concluído, é que na base de dados escolhida encontramos poucas produções científicas sobre Deficiência Múltipla, e parte do que se refere a DMU está relacionada a inclusão e práticas utilizadas com esses alunos, porém ainda é um número relativamente pequeno. Além disso, há artigos e trabalhos que não retratam a DMU, assim como outros que geram uma confusão quanto o conceito ou termo utilizado em seus trabalhos.

É necessário pensar e incentivar a pesquisa no que se refere a esta área, principalmente nas práticas educacionais com esses alunos e formação continuada dos docentes que atuam com este alunado, pois pode servir de contribuição para estudantes e professores.

A ideia é dar continuidade a revisão de literatura na base de dados escolhida e em outras que servem de pesquisa para profissionais e estudantes interessados nesta temática.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Dados do Censo Escolar indicam aumento de matrícula de alunos com deficiência. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dadosdo-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

_____. Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 30 de maio de 2017.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (Org.). Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 15-35.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MOURA, Maria Lucia Seidl; FERREIRA, Maria Cristina. Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000200013 > . Acesso no dia 26/05/2018.

ONU. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

PIRES, Claudia; BLANCO, Leila de Macedo Varela; OLIVEIRA, Mércia Cabral de. Alunos com Deficiência Física e Múltipla: um novo contexto de sala de aula. In: GLAT, Rosana (Org.). Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 137-152.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (Org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 17-32.

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; PLETSCHE, Márcia Denise. DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: disputas conceituais e políticas educacionais no Brasil. São Luís: Cad. Pes., v. 22, n. 1, jan-abr, 2015. p. 112-125.

TENENTE, Luiza. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/total-de-alunos-especiais-em-escolas-comuns-cresce-6-vezes-em-10-anos.ghtml> > . Atualizado em 05/04/17. Acesso em: 26/05/2018.